AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A

CNPJ: 03.584.906/0001-99
Av. Vicente Machado, nº 445, 4º andar
80.420-010 - Curitiba - PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. Foi criada em 1997 pela Lei Estadual nº 11.741 e tem como principal acionista o Estado do Paraná. Foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 08/11/1999 através do documento DEORF/DIFIN-99/239.

Para o cumprimento de sua missão, que consiste em "promover o desenvolvimento econômico e social no Estado do Paraná, através de apoio técnico e financeiro a iniciativas compatíveis com as estratégias do governo", a Agência atua na:

- Intermediação financeira de produtos adequados às demandas de desenvolvimento econômico e social;
- Gestão de fundos de financiamento específicos para o desenvolvimento do Estado;
- Execução de programas de financiamento de caráter especial de responsabilidade do Estado;
- Disponibilização de financiamentos com recursos próprios em programas destinados a segmentos específicos identificados pela AFPR como demandadores de crédito de fomento.

AMBIENTE ECONÔMICO

O primeiro semestre de 2010 apresentou um tímido reaquecimento das economias desenvolvidas, em especial Estados Unidos e alguns países da União Européia, no entanto, não há constância neste crescimento, visto que, desde a chamada crise imobiliária dos Estados Unidos em 2008, a economia mundial vem passando por turbulências e incertezas que afetam todos os países do globo, inclusive o Brasil.
A isto soma-se a chamada crise Grega, com seus reflexos sobre o euro e toda a União Européia (UE). O problema da Grécia está relacionado ao imenso endividamento do governo daquele país e a conseqüente dificuldade de honrar seus compromissos. Tal padrão é verificado também em outros países da comunidade européia, em especial Irlanda, Itália, Espanha e Portugal que caminham perigosamente rumo à uma nova recessão.
A economia chinesa, grande propulsora da economia mundial, vem apresentando de sua parte alto crescimento em comparação ao restante do mundo, apesar da desaceleração do segundo trimestre deste ano se comparado ao ritmo do crescimento anual do trimestre anterior. Tal redução pode ser atribuída às medidas do governo chinês para conter o crédito e segurar a rápida valorização dos imóveis no país.
A economia brasileira também vem apresentando forte crescimento, as estimativas foram revisadas e estão na ordem de 7,3% para o exercício de 2010 segundo dados do Banco Central, com impulso dado pela demanda interna.
Este crescimento é reflexo das medidas de estímulo tomadas pelo Governo brasileiro juntamente com o Banco Central que tiveram sucesso ao debelar a crise financeira. Porém, o aumento do volume de endividamento das nações, Brasil inclusive, pode num futuro próximo trazer novos problemas de amplitude nacional e mundial.
O Brasil, no primeiro semestre de 2010, vem registrando crescimento substancial do PIB. A atividade industrial tem comemorado o bom desempenho, elevando a sua estimativa de crescimento que até o mês de maio apresentou indicador acumulado de dois dígitos na casa de 17,3%.

O Paraná também apresentou crescimento no índice de produção industrial acumulado no período com uma taxa de 15,6% até maio e, se considerados os últimos 12 meses o aumento foi de 5,6% ficando acima da média nacional de 4,5%. O comércio varejista apresentou variação positiva de 8,0% no volume de vendas, ficando um pouco abaixo do crescimento nacional na casa de 8,8% registrado nos últimos 12 meses. Na agricultura o Paraná retoma a posição de maior produtor nacional de grãos superando em 1,5 ponto percentual o estado do Mato Grosso e, participando com 21,2% do total da produção nacional.
Neste contexto, a Agência de Fomento do Paraná, como instituição financeira alinhada ao Plano de Desenvolvimento do Estado, vem apoiando projetos de infraestrutura, educação, agricultura além de propor soluções financeiras com o objetivo de aumentar a produtividade e competitividade das empresas paranaenses, para que se desenvolvam de forma sustentável.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

A AFPR registrou no primeiro semestre de 2010 lucro líquido de R$ 34.404 mil (29.640 mil em 06/2009), um crescimento de 16,07% quando comparado ao mesmo semestre de 2009, este expressivo crescimento é reflexo do benefício fiscal gerado pelo crédito, em junho/2010, dos juros sobre o capital próprio – JCP. Esse resultado proporcionou uma rentabilidade de 3,25% sobre o Patrimônio Líquido médio (3,03% em jun/09) e retorno sobre os Ativos Totais médios de 3,07% (2,85% em jun/09).

O Patrimônio Líquido teve um incremento de 7,00% proveniente do resultado obtido no primeiro semestre de 2010 e do aumento de capital na ordem de R$ 50.000 mil, pelo acionista majoritário Estado do Paraná.

No primeiro semestre de 2010 as receitas com as operações de crédito totalizaram R$ 33.918 mil, representando ligeira retração de 2,73% em comparação ao mesmo período de 2009.

O índice de eficiência operacional, no conceito de quanto menor melhor, teve queda neste semestre, passando de 23,93% em 2009 para 19,40% em 2010, isso denota que há um esforço permanente da empresa na maximização dos resultados.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Na Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná - PDE fixada pelo Governo do Estado no segundo semestre de 2007, que serviu de orientação para a elaboração do Plano Plurianual – PPA de Investimentos para o período 2008-2011, o papel da AFPR é destacado como fornecedora de recursos para crédito, reconhecendo que não existe desenvolvimento sem o mesmo, pois ele viabiliza projetos de investimentos públicos e privados que geram os efeitos multiplicadores de longo prazo.

Nesse contexto, e em sintonia com outros órgãos do Governo do Estado, a AFPR está desenvolvendo uma série de linhas de crédito para atender aos programas governamentais e outros de iniciativa própria, visando especialmente concentrar seus esforços em ações que reduzam as disparidades regionais, atendendo as regiões socialmente críticas respeitando as características econômicas locais. Exemplo desse esforço é a disponibilização de financiamentos para os produtores da agricultura familiar e para micro e pequenas empresas. Por outro lado, reconhece a necessidade de apoiar empreendimentos de cunho tecnológico e aquelas que investem em inovação que tenham condições de alavancar a economia do Estado, financiando empresas abrigadas em incubadoras e que participam de programas de inovação administrados por parceiros.

A AFPR também participa como membro da Comissão de Financiamento do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - CODESUL, cujo objetivo é a identificação de fontes de recursos, a implementação de programas integrados comuns de financiamento ao desenvolvimento regional e a convergência institucional do crédito ao desenvolvimento no âmbito da região Sul e Mato Grosso do Sul.

PROGRAMAS DE CRÉDITO

Como instituição de fomento, a Agência prioriza o atendimento aos microempreendimentos formais e informais operando mediante financiamento a investimentos, sob a denominação de Banco Social, ainda implementou medidas operacionais para atendimento às empresas e agricultores através do repasse de recursos do sistema BNDES, buscando um modelo de sustentabilidade financeira e institucional que permita o cumprimento de sua missão e, ao mesmo tempo, viabilize o acesso dos interessados ao financiamento superando a ausência de capilaridade da estrutura de atendimento.

I) Microcrédito – Programa Banco Social

Criado com a finalidade de apoiar microempreendedores formais ou informais excluídos do sistema tradicional de acesso ao crédito, o programa representa importante instrumento para a geração de trabalho e renda no Estado, tendo liberado desde 2001 mais de R$ 119 milhões através de mais de 32 mil contratos, beneficiando empreendedores localizados em 353 dos 399 Municípios do Paraná. As operações de financiamento, que até o terceiro trimestre de 2009 estavam focadas nas regiões que apresentam baixos índices de Desenvolvimento Humano (IDH), passaram a abranger, ainda em 2009, todas as regiões do território paranaense, sendo que ao longo do primeiro semestre de 2010 ocorreu a consolidação do processo de ampliação do programa, englobando todos os segmentos da economia e buscando atender, assim, às diretrizes estratégicas do Governo do Estado expressas na Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná - PDE.

II) Financiamentos ao Setor Público

a) Sistema de Financiamento aos Municípios – SFM

Destinados à promoção do desenvolvimento urbano, serviços básicos e bens públicos necessários à modernização da estrutura dos Municípios. O programa é operacionalizado em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e o Paranacidade tendo atendido, desde 2002, a 341 municípios, aprovando mais de R$ 913 milhões através de 1888 contratos, tendo liberado R$ 758 milhões até junho de 2010. O capital destacado para operações no referido Sistema chega a R$ 833 milhões.

b) Programa para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná – PROMAP

Instituído em maio de 2006, o PROMAP tem como objetivo financiar a renovação e expansão do parque de máquinas e equipamentos rodoviários dos municípios, tendo sido destacados até junho de 2010 R$ 133 milhões. É também operacionalizado mediante termo de cooperação técnico-operacional firmado com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e o Paranacidade, tendo aprovado até junho de 2010, 504 financiamentos a 198 municípios totalizando R$ 144 milhões contratados e R$ 108 milhões liberados.

III) Programa de Financiamento às Empresas Incubadas - FINTEC

Lançado em maio de 2008, o programa tem como objetivo apoiar os empreendimentos que se desenvolvem no âmbito das 20 incubadoras tecnológicas participantes da Rede Paranaense de Incubadoras Tecnológicas - REPARTE mediante financiamento de seus investimentos que têm como característica o alto índice de alavancagem dos recursos aplicados.

IV) Programa Bom Emprego Pequena Empresa (PROBEM)

Lançado em setembro de 2009, o programa destina crédito para projetos de micro e pequenas empresas do Estado optantes do SIMPLES NACIONAL e contribuintes do ICMS.
Contando com recursos da AFPR e do BNDES, o programa também tem como característica a equalização da taxa de juros (a partir de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE) para os empresários que mantiverem a quantidade de empregos, reduzindo em 5 pontos percentuais ao ano a taxa de financiamento.

V) Repasses de Recursos do BNDES

O atendimento a micro e pequenas empresas e ao pequeno produtor rural com recursos BNDES foi iniciado em 2005 com financiamentos do Programa Moderfrota mediante contrato de cooperação técnica, operacional e financeira com parceiros do sistema. Em 2007 o público-alvo foi atendido com recursos próprios da instituição conforme identificado no próximo item devido às características dos investimentos. Estão sendo estudadas novas ações de parceria com outros Agentes Financeiros para repasse compartilhado de financiamentos.

VI) Financiamento à Agricultura Familiar e Pequenos Produtores Rurais

A Agência de Fomento é parceira da Secretaria de Estado da Agricultura - SEAB e da EMATER na implementação de programas de apoio à agricultura familiar e aos pequenos produtores rurais, estruturando mecanismos financeiros que viabilizam a segurança para os tomadores de crédito e reduzam os custos, a exemplo do fundo que avaliza os financiamentos que os produtores captam junto às instituições financeiras no mercado, a garantia de equivalência-produto no pagamento das prestações e a equalização de taxas de juros. E, nos casos em que recursos tradicionais como os do PRONAF não atendam as necessidades dos agricultores, a AFPR aloca recursos próprios para financiamento, como é o caso do Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários lançado no segundo semestre de 2007. Dentro do mesmo objetivo, a AFPR desenvolveu, uma linha de crédito denominada Programa de Financiamento à Irrigação Noturna - PIN, que tem como benefício a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, conforme autorizado pelo Decreto Estadual nº 2044/2008, sob a modalidade da equalização da taxa de juros de financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil para atender ao referido Programa.

VII) Programa de Apoio a Cooperativas de Crédito - PROCRED

Desenvolvido no primeiro semestre de 2009 para disponibilizar financiamentos a taxas competitivas aos cooperados de cooperativas de crédito mediante a modalidade de Segundo Piso – empréstimo às cooperativas para repasse aos tomadores finais, com limitação de *spread* –, o programa teve seu primeiro financiamento liberado no último trimestre de 2009, ocorrendo as primeiras amortizações no primeiro semestre de 2010.

VIII) Programa de Financiamento à Inovação

Destina-se às empresas participantes do Programa Agentes Locais de Inovação- ALI da Fundação Araucária/ Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Sebrae PR, financiando investimentos em inovação mediante oferta de linha de crédito em condições adequadas ao tipo de aplicação.

IX) Outras Operações com Recursos Próprios

Além dos programas de financiamentos citados, a AFPR deverá alocar recursos em outros programas relacionados à sua missão e sempre de acordo com suas diretrizes estratégicas, respeitando a condição de sustentabilidade financeira exigida de uma instituição participante do sistema financeiro nacional.

GESTÃO DE FUNDOS E COBRANÇA DE ATIVOS

Além da atividade de instituição financeira estruturando e operando financiamentos, a AFPR realiza a gestão operacional e financeira de Fundo de Aval Rural, Fundo de Desenvolvimento Econômico e a atividade de cobrança da carteira de Ativos pertencentes ao Estado do Paraná.

I) Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná

A AFPR é gestora do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná, concebido pelo Governo do Paraná para concessão de garantias complementares necessárias à contratação de financiamentos a produtores rurais que não dispõem de bens suficientes para assegurar empréstimos junto à rede bancária conveniada. Atualmente a instituição parceira é o Banco do Brasil. O limite estipulado para garantir operações agrícolas é de R$ 6,6 milhões, valor que alavanca junto ao parceiro até R$ 66 milhões em financiamentos concedidos.

II) Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE

Fundo destinado a apoiar o desenvolvimento sócio-econômico do Estado mediante apoio financeiro às empresas. Na AFPR o fundo é utilizado para concessão de subvenção econômica no Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários como cobertura de equivalência-produto no pagamento de prestações. Futuramente será utilizado no Programa de Irrigação Noturna - PIN, também na equalização de juros em financiamentos concedidos a agricultores familiares por instituições financeiras conveniadas.

III) Cobrança de Ativos e Bens

A Agência efetua também a cobrança da carteira de contratos e bens pertencentes ao Estado do Paraná, denominados "Ativos do Estado", originários da operação de venda do Banco do Estado do Paraná S.A., desde 28/03/01.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estabelecimento da Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná – PDE o papel da AFPR como instrumento de desenvolvimento do Estado está claramente delineado, devendo suas ações serem pautadas nessas definições. A formulação da visão da AFPR no contexto estratégico de "Promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, através de apoio técnico e financeiro a iniciativas compatíveis com as estratégias do Governo", confirma esse alinhamento com as diretrizes de governo. As ações desenvolvidas no primeiro semestre de 2010 pela AFPR e registradas no presente Relatório de Administração, demonstram a busca de um harmonioso diálogo entre o papel estratégico definido e as ações empreendidas no período. Cabe ainda o destaque da execução dessas ações de forma conjunta com as demais instituições públicas do Estado, buscando a unidade governamental e a implementação de suas prioridades, como a atuação nas regiões com menores índices de desenvolvimento, na observação de uma destacada perspectiva social, aspecto prioritário e relevante da Gestão Estadual.

Curitiba, 30 de junho de 2010.

A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em milhares de reais)

ATIVO	2010	2009
CIRCULANTE	**588.321**	**328.422**
DISPONIBILIDADES	**33**	**24**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**446.863**	**211.687**
Carteira Própria (Nota 03b e 4)	446.863	211.687
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**140.993**	**116.373**
Operações de Crédito (Notas 03c, 05a, 05b e 05c)	142.099	117.993
Setor Público	137.064	115.649
Setor Privado	5.035	2.344
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 03c, 05c e 05d)	(1.106)	(1.620)
OUTROS CRÉDITOS	**365**	**277**
Adiantamento Diversos	255	247
Depósitos em Garantia	110	30
OUTROS VALORES E BENS	**67**	**61**
Material em Estoque	56	53
Despesas Antecipadas (Nota 03e)	11	8
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**546.511**	**730.568**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**113.515**	**239.805**
Carteira Própria (Nota 03b e 4)	113.515	239.805
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**429.965**	**487.906**
Operações de Crédito (Notas 03c, 05a, 05b e 05c)	432.624	491.323
Setor Público	423.981	483.900
Setor Privado	8.643	7.423
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 03c, 05c e 05d)	(2.659)	(3.417)
OUTROS CRÉDITOS	**3.031**	**2.857**
Depósitos em Garantia	3.031	2.857
PERMANENTE	**663**	**731**
INVESTIMENTOS	**1**	**1**
Outros Investimentos	1	1
IMOBILIZADO DE USO (Nota 03f e 06b)	**554**	**575**
Outras Imobilizações de Uso	1.365	1.259
(-) Depreciações Acumuladas	(811)	(684)
DIFERIDO (Nota 03g e 06c)	**108**	**155**
Gastos em Imóveis de Terceiros	36	36
Gastos c/ Aquisição e Manutenção de Logiciais	221	221
(-) Amortizações Acumuladas	(149)	(102)
TOTAL DO ATIVO	**1.135.495**	**1.059.721**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE	**25.567**	**21.000**
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES (Nota 03i e 07)	**577**	**701**
REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	**577**	**701**
FINAME	577	701
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**24.990**	**20.299**
COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMELHADOS	**3**	**1**
IOF a Recolher	3	1
SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	**11.439**	**-**
Dividendos e Bonificações a Pagar	11.439	-
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	**10.583**	**13.998**
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 03j)	9.948	13.374
Impostos e Contribuições a Recolher	635	624
DIVERSAS	**2.965**	**6.300**
Dotação para Aumento de Capital	-	4.488
Despesas de Pessoal	573	519
Prov. p/ Passivos Contingentes (Nota 03i e 08)	923	112
Credores Diversos - País (Nota 2)	1.469	1.181
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**16.482**	**16.772**
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES (Nota 03i e 07)	**435**	**994**
REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	**435**	**994**
FINAME	435	994
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**16.047**	**15.778**
DIVERSAS	**16.047**	**15.778**
Dotação para Aumento de Capital	1.063	-
Prov. p/ Passivos Contingentes (Nota 03i e 08)	11.733	12.751
Credores Diversos - País (Nota 2)	3.251	3.027
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 09)	**1.093.446**	**1.021.949**
Capital		
De Domiciliados no País	995.551	831.064
Reservas de Capital	6	5
Reservas de Lucros	97.889	183.470
Lucros Acumulados	-	7.410
TOTAL DO PASSIVO	**1.135.495**	**1.059.721**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Continua

AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A

CNPJ: 03.584.906/0001-99
Av. Vicente Machado, nº 445, 4º andar
80.420-010 - Curitiba - PR

Continuação

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)

	2010	2009
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**56.869**	**58.765**
Operações de Crédito	33.918	34.870
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	22.951	23.895
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**93**	**(415)**
Operações de Empréstimos e Repasses	(35)	(87)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	128	(328)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**56.962**	**58.350**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(10.221)**	**(12.844)**
Despesas de Pessoal	(3.682)	(3.368)
Outras Despesas Administrativas	(3.298)	(6.466)
Despesas Tributárias	(2.672)	(2.760)
Outras Receitas Operacionais	906	800
Outras Despesas Operacionais	(1.475)	(1.050)
RESULTADO OPERACIONAL	**46.741**	**45.506**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	**46.741**	**45.506**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(12.337)**	**(15.866)**
Provisão para Imposto de Renda	(9.054)	(11.646)
Provisão para Contribuição Social	(3.283)	(4.220)
LUCRO LÍQUIDO	**34.404**	**29.640**
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	**(11.439)**	**-**
Número de Ações:	**995.551**	**831.064**
Lucro Líquido por Ação do Capital Social - (Em R$)	**34,56**	**35,67**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)

	2010	2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Semestre	**34.404**	**29.640**
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais		
Depreciações e Amortizações	74	96
Constituição (Reversão) de Provisão para Operações de Crédito	(128)	328
Constituição (Reversão) de Provisão para Contingências	1.256	986
Lucro Líquido Ajustado	**35.606**	**31.050**
Redução (Aumento) de Ativos Operacionais:		
Titulos e Valores Mobiliários	(54.191)	(2.069)
Operações de Crédito	21.252	(37.663)
Baixa para Prejuízo - Provisão p/ Operações de Crédito	(54)	(201)
Outros Créditos	(154)	(421)
Outros Valores e Bens	(16)	(23)
Aumento (Redução) de Passivos Operacionais:		
Outras Obrigações	126	577
Provisão Para Impostos de Renda e CSLL	4.898	7.441
Impostos e Contribuições a Recolher	(39)	(192)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**7.428**	**(1.501)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações em Imobilizado de Uso	(37)	(11)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	**(37)**	**(11)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento (Redução) Líquido em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(272)	(285)
Aumento (Redução) em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.063	1.778
Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	(58.165)	-
Aumento de Capital em Dinheiro	50.000	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamentos	**(7.374)**	**1.493**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**17**	**(19)**
Modificações na Posição Financeira:		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	16	43
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	33	24
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**17**	**(19)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)

			RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			
EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	ÁGIO P/ SUBS. AÇÕES	LEGAL	ESTATUTÁRIA	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
A · SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2009	**776.177**	**-**	**4**	**22.454**	**138.786**	**-**	**937.421**
AUMENTO DE CAPITAL							
- Com Incorporação de JCP	-	54.887	-	-	-	-	54.887
- Incorporação ao Capital Homologado BACEN	54.887	(54.887)	-	-	-	-	-
OUTROS EVENTOS							
- Aumento de Capital - Ágio na Subscrição de Ações	-	-	1	-	-	-	1
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	29.640	29.640
DESTINAÇÕES							
- Reservas	-	-	-	1.482	20.748	(22.230)	-
B · SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009	**831.064**	**-**	**5**	**23.936**	**159.534**	**7.410**	**1.021.949**
MUTAÇÕES DO PERÍODO (B - A)	**54.887**	**-**	**1**	**1.482**	**20.748**	**7.410**	**84.528**
A · SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2010	**835.551**	**-**	**6**	**26.553**	**158.371**	**-**	**1.020.481**
AUMENTO DE CAPITAL							-
- Com Subscrição em Dinheiro	-	50.000	-	-	-	-	50.000
- Com Incorporação de Reservas	-	110.000	-	-	(110.000)	-	-
- Incorporação ao Capital Homologado BACEN	160.000	(160.000)	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	34.404	34.404
DESTINAÇÕES							
- Reservas	-	-	-	1.720	21.245	(22.965)	-
- Juros s/ Capital Próprio	-	-	-	-	-	(11.439)	(11.439)
B · SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	**995.551**	**-**	**6**	**28.273**	**69.616**	**-**	**1.093.446**
MUTAÇÕES DO PERÍODO (B - A)	**160.000**	**-**	**-**	**1.720**	**(88.755)**	**-**	**72.965**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR I SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)

Descrição	2010	%	2009	%
RECEITAS	**56.440**		**58.130**	
Intermediação Financeira	56.869		58.765	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão (Constituição)	128		(328)	
Outras	(557)		(307)	
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(35)**		**(87)**	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(4.179)**		**(7.106)**	
Materiais, Energia e Outros	(39)		(34)	
Serviços de Terceiros	(2.359)		(5.382)	
Outras	(1.781)		(1.690)	
Comunicação	(42)		(38)	
Publicação	(53)		(45)	
Serviços do Sistema Financeiro	(69)		(66)	
Processamento de Dados	(475)		(596)	
Pessoal - Terceirizado	(925)		(793)	
Outras	(217)		(152)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**52.226**		**50.937**	
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	**(74)**		**(96)**	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**52.152**		**50.841**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**52.152**	**100%**	**50.841**	**100%**
Pessoal	**2.727**	**5,23%**	**2.565**	**5,05%**
Remuneração Direta	1.819		1.712	
Benefícios	360		310	
FGTS	126		124	
Outros Encargos Sociais	422		419	
Impostos, Taxas e Contribuições	**15.010**	**28,78%**	**18.625**	**36,63%**
Federais	15.010		18.625	
Remuneração de Capitais de Terceiros	**11**	**0,02%**	**11**	**0,02%**
Aluguéis	11		11	
Remuneração de Capitais Próprios	**34.404**	**65,97%**	**29.640**	**58,30%**
Juros sobre o Capital Próprio	11.439		-	
Lucros Retidos	22.965		29.640	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Paraná S.A. é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 11.741 de 19/06/97, alterada pelas Leis Estaduais nº 12.401 de 30/12/98 e nº 12.419 de 13/01/99. É regida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 2.828 de 30/03/2001, alterada pelas Resoluções 3.706/09, 3.757/09 e 3.834/10. O objeto social é apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado, podendo praticar operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de:

I. Fundos constitucionais;
II. Orçamentos estadual e municipal;
III. Organismos e instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social a prestação de garantias, prestação de serviços de consultoria, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos de desenvolvimento.

NOTA 02 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e quando aplicável, as normas e instruções do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras utilizam a nomenclatura e a classificação padronizadas pelo COSIF e determinadas pelo Banco Central do Brasil.

Houve a reclassificação no balanço patrimonial em relação ao ano anterior no grupo de contas "Credores Diversos – País" de valor antes classificado como Circulante para Exigível a Longo Prazo. Conseqüentemente a apresentação de tal rubrica, conforme divulgada naquele semestre, está sendo adaptada a fim de manter a comparabilidade do balanço.

Está sendo divulgada de forma complementar a Demonstração de Valor Adicionado – DVA a qual foi instituída pela Lei 11.638/07 e ainda não regulamentada pelo BACEN. Esta demonstração visa permitir análises adicionais sobre as demonstrações financeiras apresentadas.

NOTA 03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As operações foram contabilizadas em observância às práticas consubstanciadas no COSIF, dentre as quais destacam-se:

a) Apuração do Resultado:

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pró-rata" dia para as de natureza financeira.

b) Títulos e Valores Mobiliários:

A carteira própria está composta de títulos de renda fixa, são avaliados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço em contrapartida ao resultado do período.

Em cumprimento ao estabelecido no art. 1º da Resolução nº 3.834, de 28/01/10, do CMN a AFPR passou a aplicar suas disponibilidades de caixa, em cotas de fundos de investimentos, formada exclusivamente por títulos públicos federais, para tanto, constituiu Fundo Exclusivo, sob gestão do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, os quais foram consolidados nessas demonstrações financeiras, conforme demonstrado na Nota 4.

Às Agências de Fomento não se aplicam os critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários dispostos na Circular nº 3.068/2001 do BACEN, os quais também foram instituídos pela Lei 11.638/2007.

c) Operações de Crédito:

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, quando pós-fixadas, e líquido das rendas a apropriar, em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixadas.

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/99, do CMN, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas e aquelas que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H".

d) Provisão p/ Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa:

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante julgado suficiente à cobertura de eventuais perdas na realização dos mesmos, obedecidas as determinações legais estabelecidas pelas Resoluções nº 2.682/99 e 2.697/00 do CMN.

Face à característica do crédito concedido e à baixa inadimplência da carteira, a instituição optou por não constituir provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682/99.

e) Despesas Antecipadas:

Referem-se às aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros, consequentemente, é registrado no ativo e reconhecido no resultado observando o regime de competência.

f) Imobilizado de Uso:

Está demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações dos bens do Ativo Imobilizado foram calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais abaixo descritas:

Equipamentos de Uso	10%
Sistema de Comunicação	10%
Sistema de Processamento de Dados	20%
Sistema de Transporte	20%

g) Diferido:

Os gastos diferidos correspondem a benfeitorias em imóveis de terceiros e gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais que foram constituídos até 30/09/2008. Estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos das respectivas amortizações, calculadas pelo método linear à taxa de 20% ao ano. Serão mantidos até sua efetiva baixa, segundo determinação legal da Resolução do CMN nº. 3.617/08.

h) Redução do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros:

É reconhecida uma perda caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Ao final de cada exercício, a instituição avalia esses ativos para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, quando aplicável, um ajuste é reconhecido.

i) Atualização Monetária de Obrigações:

As obrigações estão atualizadas até a data do balanço e seu reflexo reconhecido no resultado do semestre.

j) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social:

A Instituição está sujeita ao Regime de Tributação pelo Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social por estimativa.

As provisões são constituídas mensalmente, de acordo com a legislação vigente para cada imposto.

Os valores aprovisionados mensalmente, estimados sobre a base de cálculo inerentes a cada imposto, são calculados considerando as seguintes alíquotas:

- Imposto de Renda 15,00%
- Adicional de Imposto de Renda [(1)] 10,00%
- Contribuição Social 9,00%

[(1)] calculado sobre a parcela do lucro que exceder a R$ 20.000,00 mensais.

NOTA 04 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira própria está composta da seguinte forma:

Discriminação	Vencimento	Jun/2010	Jun/2009
Títulos Públicos Federais		**145.947**	**269.515**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT A	12/2014	145.947	163.404
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	03/2010 a 06/2010 [(1)]	-	106.111
Cotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivo	**Sem vencimento**	**-**	**181.977**
Cotas de Fundos de Investimento - Exclusivo [(2)]		**414.431**	**-**
Operações Compromissadas - NTN-F	1 Dia	231.500	-
Títulos Públicos Federais - LFT e LTN	01/07/2012 a 07/09/2016	182.931	-
Total da Carteira Própria		**560.378**	**451.492**
Curto Prazo		*446.863*	*211.687*
Longo Prazo		*113.515*	*239.805*

[(1)] Em 17/03/2010 foram resgatadas no vencimento 5.700 LFTs no montante de R$ 23.751 mil e em 07.06.2010 21.336 LFTs no montante de R$ 90.593 mil.
[(2)] A partir de abril de 2010, a instituição passou a operar com fundos de investimento exclusivos, migrando todos os valores aplicados para o respectivo fundo.

O montante aplicado em títulos públicos federais soma R$ 145.947 mil em junho de 2010 e está composto por 99.900 LFT-A com resgate em parcelas mensais e consecutivas, que no 1º semestre de 2010 totalizaram R$ 15.820 mil. Essas LFT's são custodiadas pelo Banco do Brasil.

Continua

AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A

CNPJ: 03.584.906/0001-99
Av. Vicente Machado, nº 445, 4º andar
80.420-010 - Curitiba - PR

Continuação

As cotas de fundos de investimento exclusivo somam R$ 414.431 mil em 30 de junho de 2010, são constituídas por aplicações em operações compromissadas lastreadas em Notas do Tesouro Nacional – NTN-F e Títulos do Tesouro Nacional, pré e pós-fixados composto por Letras do Tesouro Nacional – LTN e Letras Financeiras do Tesouro – LFT, com liquidez diária podendo a Instituição efetuar resgates necessários. Essas aplicações não possuem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições, serviços de auditoria, taxas de serviços relativas à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas.

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

a) Composição por Faixa de Vencimento:

	Jun/2010	Jun/2009
Parcelas Vincendas	**574.553**	**608.344**
Até 180 dias	72.862	57.806
De 181 a 360 dias	69.067	59.215
Acima de 360 dias	432.624	491.323
Parcelas Vencidas	**170**	**972**
Até 60 dias	94	178
De 61 a 180 dias	51	89
Acima de 180 dias	25	705
Total da Carteira	**574.723**	**609.316**

b) Composição por Setor de Atividade Econômica:

	Jun/2010	Jun/2009
Setor Privado	**13.678**	**9.767**
Rural	687	2.545
Indústria	545	127
Comércio	483	180
Intermediação Financeira	834	-
Outros Serviços	2.700	175
Pessoas Físicas	8.429	6.740
Setor Público	**561.045**	**599.549**
Administração Direta Municipal	561.045	599.549
Total da Carteira	**574.723**	**609.316**

c) Composição por Nível de Risco:

Classificação de Risco	Total das Operações	% Part.	Provisão %	Jun/2010 Valor da Provisão	Jun/2009 Valor da Provisão
AA	13.918	2,42	-	-	-
A	449.319	78,18	0,5	2.247	2.217
B	109.335	19,02	1,0	1.093	1.096
C	1.470	0,26	3,0	44	548
D	147	0,03	10,0	15	5
E	221	0,04	30,0	67	3
F	21	-	50,0	10	836
G	9	-	70,0	6	5
H	283	0,05	100,0	283	327
Total	**574.723**	**100,00**		**3.765**	**5.037**

d) Movimentação da Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa:

	Jun/2010	Jun/2009
Saldo no Início do Período	**3.947**	**4.910**
Provisão Constituída	463	885
Reversão de Provisão	(591)	(557)
Efeito no Resultado	**(128)**	**328**
Créditos Baixados para Prejuízo	(54)	(201)
Saldo no Fim do Período	**3.765**	**5.037**

e) Créditos Renegociados e Recuperados:

Discriminação	Jun/2010	Jun/2009
Renegociação	9	62
Recuperação de Créditos Baixados p/ Prejuízo	151	131

O saldo acumulado de operações de crédito baixadas para prejuízo, controladas em contas de compensação somam R$ 4.985 mil em junho de 2010 (R$ 3.832 mil em junho de 2009).

NOTA 06 – ATIVO PERMANENTE

a) Investimentos:

Em investimentos estão registrados os valores gastos para o registro da marca da AFPR, no montante de R$ 640,00.

b) Imobilizado de Uso:

		Jun/2010			Jun/2009
	(*)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	730	(254)	476	506
Sistema de Comunicação	10%	17	(12)	5	7
Processamento de Dados	20%	560	(534)	26	62
Sistema de Transporte	20%	58	(11)	47	-
Total		**1.365**	**(811)**	**554**	**575**

c) Diferido:

		Jun/2010			Jun/2009
	(*)	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Gastos em Imóveis de Terceiros	20%	36	(14)	22	29
Gastos c/ Aquisição e Manutenção de Logiciais	20%	221	(135)	86	126
Total		**257**	**(149)**	**108**	**155**

(*) - Taxa anual de depreciação e amortização.

NOTA 07 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Refere-se à obrigação de repasse junto ao BNDES, com financiamento do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras – MODERFROTA, o qual é operado em parceria com o Banco CNH S.A., mediante contrato de cooperação técnica, operacional e financeira.

O valor dessa obrigação encontra-se atualizada até a data do balanço, pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP acrescida de 1 % a.a, conforme disposição contratual. As amortizações junto ao BNDES têm periodicidade semestral e são vinculadas aos prazos dos contratos dos mutuários, com vencimento final em 15/01/2012.

NOTA 08 – PROVISÕES PARA PASSIVOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A AFPR é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, através da análise das demandas judiciais em andamento, constituiu provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

a) Ações Trabalhistas:

A instituição é parte em ações trabalhistas, movidas principalmente por terceirizados bolsistas do CITPAR, que, em sua maioria, correspondem ao pedido de FGTS, horas extras, INSS, equiparação salarial, intervalos e juros de mora do período "laborado", verbas, as quais, excluindo-se o primeiro e as horas extras a serem pagas sem o adicional, existem possibilidades de êxito nas demandas aforadas. A empresa é demandada, ainda, por ex-funcionários concursados, cujo pedido principal refere-se ao não pagamento da Participação nos Lucros e Resultados – PLR nos exercícios de 2005, 2006 e 2007. O Ministério Público do Trabalho, aforou Ação Civil Pública contra a Agência de Fomento, em decorrência da alteração do prestador de serviço, relativo ao plano de saúde oferecido aos funcionários, sendo que o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região condenou a empresa ao pagamento de R$ 100 mil a título de danos morais coletivos. Da referida decisão está em estudo a possibilidade de interposição de recurso. O valor da provisão atualizada até 30 de junho de 2010 soma R$ 657 mil.

b) Ações Cíveis:

A instituição é parte em uma Ação de Cobrança movida pela Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento – ABDE que versa sobre notas fiscais pendentes de pagamento referentes aos exercícios de 2002 a 2003, a qual foi devidamente contestada pela AFPR contendo alegação que o serviço não foi prestado em sua integralidade, bem como ocorreu um desvirtuamento do convênio nº 01/2000, firmado entre as partes. Houve prolação de sentença em 16/11/2009, cuja publicação ocorreu no Diário de Justiça do dia 19/01/2010. A AFPR interpôs o pertinente Recurso de Apelação contra a decisão, aduzindo além da matéria de mérito, nulidade da sentença em razão do cerceamento de defesa, em razão de ter sido realizado julgamento antecipado da lide sem a produção de prova pericial, expressamente requerida, não tendo sido proferido despacho saneador nos autos deferindo ou não tal requerimento. O valor atualizado da ação soma R$ 1.074 mil sendo integralmente aprovisionado, considerando a expectativa de perda provável pela área jurídica da instituição.

A instituição é parte também em ações aforadas visando a reparação de supostos danos morais e materiais por alegado registro indevido em órgãos de serviço de informações ao crédito e por alegações de descumprimento contratual. Durante o 1º semestre foram constituídas novas provisões no montante de R$ 40 mil e revertido o montante de R$ 135 mil. O saldo total atualizado até 30/06/2010 é R$ 559 mil, montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas.

No primeiro semestre de 2010 foi constituída provisão referente ação de cobrança de honorários advocatícios, aforada por Cavalcanti de Albuquerque Advogados Associados S/C, autos nº 1897/2009, em trâmite perante a 14º Vara Cível desta Capital. O valor atualizado desta ação soma R$ 411 mil.

c) Ação Fiscal – Municipal:

Em dezembro de 2006 a instituição sofreu autuação da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Curitiba, referente aos exercícios de 2001 a 2004. Os referidos autos visam à cobrança de ISS sobre a receita de prestação de serviços decorrentes da cobrança da Carteira de Crédito dos Ativos de titularidade do Estado do Paraná sob a gestão AFPR, bem como, cobrança pela não retenção na fonte do ISS incidente sobre recibos de prestação de serviço, principalmente aqueles decorrentes do Ato Conjunto firmado entre a AFPR/SEFA e PARANACIDADE/SEDU para operacionalização dos financiamentos concedidos ao Setor Público Municipal. A empresa apresentou impugnação dos referidos autos, tendo sido julgado em sua grande maioria improcedente. Em janeiro de 2008 a AFPR apresentou recurso contra a decisão o qual será apreciado pela Junta de Recursos Administrativos Tributários. No início de 2007 o município de Curitiba ajuizou execução fiscal da dívida ativa – autos 72059/2007 em trâmite na 3º Vara da Fazenda Pública – Falências e Concordatas de Curitiba, sendo que esta AFPR apresentou exceção de pré-executividade a qual foi julgada procedente. O saldo atualizado até 30 de junho de 2010 é de R$ 9.955 mil.

d) Movimentação das Provisões Constituídas:

	Em 30 de junho - R$ mil			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo no Início do Semestre	**604**	**1.598**	**9.291**	**11.493**
Movimentação com Efeito no Resultado	145	447	664	1.256
Atualização/Encargos	*31*	*177*	*664*	*872*
Constituição	*127*	*410*	*-*	*537*
Baixa por Reversão	*(13)*	*(140)*	*-*	*(153)*
Baixas por Pagamento	(92)	(1)	-	(93)
Saldo no Final do Semestre	**657**	**2.044**	**9.955**	**12.656**

NOTA 09 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado em 30/06/10 é de R$ 995.551 mil (R$ 831.064 mil em 30/06/09), representado por 995.551 (831.064 em 30/06/09) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Por deliberação da Assembléia Geral, independentemente de reforma estatutária, o Capital Social poderá ser aumentado até o valor de R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), dividido e limitado a 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Aumento de Capital:

A Administração da AFPR, através da 41ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 07/04/2010, aprovou o aumento do Capital Social, mediante a utilização da reserva estatutária no montante de R$ 110.000 mil, sendo R$ 109.978 mil pelo acionista majoritário - Estado do Paraná e R$ 22 mil pelo acionista minoritário - Companhia de Informática do Paraná – CELEPAR, o qual foi homologado pelo BACEN em 05/05/2010 através do ofício DEORF/GTCUR-2010/03205.

Em 07/05/2010 foi aprovado através da ATA da 42ª Assembléia Geral Extraordinária, o aumento de capital da AFPR no montante de R$ 50.000 mil, pelo acionista Estado do Paraná em consonância com a Lei nº 13.227, de 18.07.2001 da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e Decreto nº 4.465, de 19.07.2001 do Governador do Estado do Paraná, que e tem como finalidade dar continuidade à execução de programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento urbano, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU através de operações de crédito a serem realizadas, exclusivamente com as entidades da administração municipal paranaense. Este aumento de capital foi homologado pelo BACEN por meio do ofício DEORF/GTCUR-2010/03599, de 13/05/2010.

c) Juros sobre o Capital Próprio e Destinação do Lucro Líquido do Semestre:

Por deliberação da 41ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 07/04/2010, lavrada em Ata, o artigo 43 do Estatuto Social foi alterado, fixando o dividendo mínimo obrigatório destinado aos acionistas em trinta e cinco por cento (35%) do lucro líquido ajustado de acordo com o disposto no artigo 202 e seus parágrafos da Lei 6.404/76, os quais poderão ser pagos na forma de juros sobre o capital próprio.

Em cumprimento ao estabelecido no Estatuto Social da instituição, do resultado do semestre, foi provisionado, a título de juros sobre o capital próprio que será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, o valor de R$ 11.439 mil, correspondente ao lucro líquido ajustado, após dedução da reserva legal.

Os referidos juros, foram registrados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal, no entanto, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, adequação aos princípios contábeis e atendimento à Circular nº 2.739/97 do Banco Central do Brasil, os juros constam como destinação de resultado, diretamente na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, na rubrica Lucros Acumulados em contrapartida registrada na rubrica "Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias", no passivo circulante.

Dessa forma, em conformidade ao estabelecido no artigo 43 do Estatuto Social da Agência, o resultado apurado no semestre foi destinado da seguinte forma:

	Jun/2010	Jun/2009
Lucro Líquido do Semestre	**34.404**	**29.640**
Reserva Legal (5% do LL)	1.720	1.482
Lucro Líquido Ajustado	**32.684**	**28.158**
Juros sobre o Capital Próprio - Propostos (35% do LL)	11.439	-
Constituição Reserva Estatutária - Aumento de Capital	21.245	20.748
Lucros Acumulados	-	7.410

NOTA 10 – COBERTURA DE SEGUROS

A AFPR mantém seguro para cobertura do seu imobilizado de uso no montante de R$ 760 mil, com apólice vigente até 11/10/2010. Os veículos de uso pertencentes à AFPR têm cobertura no valor de 110% sobre a tabela de preços médios de carros da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, com apólices vigentes até 28/08/2010. Para os veículos, cedidos para uso por outro órgão do Estado, também foram contratados seguros, com apólices vigentes até 04/04/11, sendo o órgão cedente o beneficiário destes seguros.

NOTA 11– ACORDO DE BASILÉIA

Os limites operacionais da Agência de Fomento do Paraná S/A, foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através das Resoluções 3.444/07 e 3.490/07, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) respectivamente.

Com base na Resolução 3.834/10, Art.° 1, as disponibilidades de caixa da AFPR, a partir de abril de 2010, começaram a ser aplicados em fundos exclusivos, compostos por títulos públicos federais. Desta forma o Fator de Ponderação de Risco, a ser usado no cálculo do PEPR, nas exposições dos Fundos Exclusivos, passou a ser 0% (zero por cento), melhorando consideravelmente o índice apurado neste semestre.

Abaixo segue quadro demonstrativo dos limites, conforme regulamentação em vigor:

	Jun/2010	Jun/2009
PR – PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA	**127.313**	**125.769**
Nível I	**1.093.338**	**1.021.794**
Patrimônio Líquido	1.093.446	1.021.949
Ativo Permanente Diferido	(108)	(155)
Nível II	-	-
Deduções do Patrimônio de Referência	**966.025**	**896.025**
Destaque para Operações com o Setor Público[1]	966.025	896.025
PRE – PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO	**10.325**	**24.787**
Parcela de Risco de Crédito (Pepr)	1.866	21.372
Parcela de Risco Operacional (Popr)	8.459	3.415
Parcela de Risco de Mercado[2]	-	-
Rban[3] – RISCO DA CARTEIRA BANKING	**175**	**1.382**
MARGEM = PR – (PRE + Rban)	**116.813**	**99.600**
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR X 100) / (PRE / 0,11)	**135,64**	**55,81**

1. Conforme art. 3º. da Res. 2827/01, o destaque de PR não integra o PR para cálculo dos limites operacionais.
2. As operações da AFPR não estão classificadas na carteira de negociação e portanto não se sujeitam ao cálculo das parcelas PJUR, PCOM, PCAM e PACS.
3. Exigência de capital para exposições sujeitas ao risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (Carteira Banking).

NOTA 12 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

Risco Operacional

A instituição dispõe de política e estrutura implementada para a gestão de riscos operacionais, conforme disciplinado pela Resolução 3.380/06 do CMN/BACEN. Sua avaliação ocorre de forma freqüente, sendo envidados esforços contínuos no sentido de minimizá-los. A alocação mensal de capital para fazer face aos riscos operacionais, no cômputo do Patrimônio de Referência Exigido - PRE, se dá por meio da parcela de risco operacional (POPR), apurada utilizando-se a **metodologia de Indicador Básico**. E ainda, no âmbito de registro de perdas associadas a risco operacional, há contínuo monitoramento sobre perdas resultantes de eventos adversos, que são identificadas junto às áreas gestoras das atividades da instituição, e seu histórico é registrado e compilado em relatório gerencial.

Risco de Mercado

A instituição tem estabelecidas as diretrizes compatíveis com a exposição a risco de mercado e liquidez das suas operações, garantindo e disciplinando as responsabilidades por meio de normas internas, conforme determinação da Resolução 3.464/07, CMN/BACEN. A estrutura de gerenciamento de riscos envolve desde a alta administração até as gerências das áreas e contempla as atribuições, bem como as ações e estratégias destinadas a manter a exposição aos riscos de mercado em níveis aceitáveis pela instituição. As normas internas contemplam as diretrizes e procedimentos relativos à aplicação de recursos aos limites e ao monitoramento de exposição aos riscos.

De acordo com a Resolução 3.464/07, do CMN/BACEN, a carteira da AFPR está caracterizada como de não negociação, sendo o controle dos riscos de mercado realizados conforme tratamento estipulado pela Circular 3.365/07, do BACEN, que dispõe sobre a mensuração de risco de taxas de juros de operações classificadas na carteira de não negociação (carteira banking - Rban) e mantém capital suficiente para sua cobertura.

Risco de Crédito

Conforme determinado pela Resolução 3.721/09, do CMN/BACEN, foi aprovada em 28/06/2010 pelo Conselho de Administração, a Norma Corporativa PRESI NC-03, que define a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito da AFPR. A referida norma estabelece as diretrizes, estrutura funcional, responsabilidades e procedimentos que constituem o processo de gerenciamento do Risco de crédito da instituição de forma compatível com a natureza das operações, complexidade de produtos e serviços oferecidos e de acordo com os níveis de exposição a risco de crédito.

A Instituição adota modelo de gerenciamento de riscos de crédito que acompanha as disposições contidas na Resolução 3.721/09 do BACEN e visa assegurar que:

- o risco global da carteira de empréstimos seja monitorado, controlado e acompanhado através dos cálculos da taxa de inadimplência, dos índices de provisão e de concentração por porte, grupo econômico, setor de atividade, rating e localização geográfica;

- os resultados obtidos na análise do risco da carteira ajudam na tomada de decisão no sentido de transferir ou direcionar recursos para os projetos que apresentem a melhor relação entre aderência, rentabilidade e menor risco, com o objetivo de aperfeiçoar a carteira.

As decisões tomadas com base no modelo de gerenciamento de riscos estabelecido na AFPR, visam o equilíbrio com as diretrizes definidas no planejamento estratégico da instituição.

Maiores informações sobre a estrutura e política de gerenciamento de riscos encontram-se disponibilizadas em nosso sítio através do endereço eletrônico http://www.afpr.pr.gov.br

Curitiba, 30 de Junho de 2010.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESIDENTE
MURILO DE OLIVEIRA SCHMITT

DIRETORES
CRISTINA ANGÉLICA B. STEPHANES
DANILO EMPINOTTI
ERNESTO EMIR KUGLER BATISTA
FERNANDO AUGUSTO MAZON
LEONARDO VINICIUS T. DE ANDRADE

LUCIANE TESSARO PERISSATTO
CONTADORA
CRC PR-044315/O-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

HERON ARZUA — CARLOS AUGUSTO C. ALBUQUERQUE
ARDISSON NAIM AKEL — MURILO DE OLIVEIRA SCHMITT
HÉLIO BAMPI — VIRGÍLIO MOREIRA FILHO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A,** em reunião realizada nesta data, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao 1º Semestre de 2010, compreendendo: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, e as respectivas Notas Explicativas pertinentes. Sobre estas demonstrações, os Senhores Auditores Independentes expressam a opinião de que as mesmas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A.

Assim, observam os membros deste Conselho, que as demonstrações financeiras do 1º Semestre de 2010 encontram-se em condições de serem submetidas, apreciadas e aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária.

Curitiba, 18 de agosto de 2010.

CESAR RIBEIRO FERREIRA — Conselheiro
MARCOS ANTONIO JAGHER — Conselheiro

MOACIR JOSÉ SOARES
Conselheiro

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos.Srs.
Diretores e Acionistas da
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.
Curitiba - PR

1) Examinamos os balanços patrimoniais da AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A., levantados em 30 de junho de 2010 e 2009, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes aos semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da agência; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da agência, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3) Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo "1", lidas em conjunto com as notas explicativas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A., levantados em 30 de junho de 2010 e 2009, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 30 de julho de 2010.

BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6

KARINI LETÍCIA BAZZANEZE
CONTADORA CRC-PR Nº 051.096/O-4

LEOMAR BAZZANEZE
CONTADOR CRC-RS Nº 036.023/O-2 T-PR
CNAI Nº 389